

Termo de Execução Cultural nº 119/2024-SECULT

Processo nº P328802/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AO PROJETO CULTURAL CONTEMPLADO PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH24003-SECULT, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), DO DECRETO Nº 11.740/2023 (REGULAMENTAÇÃO DA PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO À CULTURA)

1. PARTES

1.1. O **MUNICÍPIO DE SOBRAL**, neste ato representado pela **SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO - SECULT**, Sra. **SIMONE RODRIGUES PASSOS**, e o(a) **AGENTE CULTURAL MÁRCIO PAULO GONÇALVES TIBÚRCIO**, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 025.102.983-21, com endereço na Rua Vereador Joaquim Barreto Lima, 1318, Belchior, Sobral - CEP 62053770, telefone: (88) 99744-1483, e-mail: mgoncalvestiburcio@gmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1. Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8º do Decreto nº 11.453/2023, celebrado com AGENTE CULTURAL selecionado nos termos da Lei nº 14.399/2022 - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), do Decreto nº 11.740/2023 (Regulamentação da PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023.

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural KlangoPreá - Pra Fazer Arte, contemplado pelo **Edital de Chamamento Público nº CH24003-SECULT**, conforme processo administrativo nº P328802/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

4.2. A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Und. Orç	Função, Subfunção, Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
31	31.01	13.392.0048.2.579.0000	3.3.90.48.00	1.700.0000.00
31	31.01	13.392.0048.2.579.0000	3.3.90.39.00	1.700.0000.00



5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1. São obrigações da SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO - SECULT:

6.1.1. Transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

6.1.2. Orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

6.1.3. Analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

6.1.4. Zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

6.1.5. Adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

6.1.6. Monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2. São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

6.2.1. Executar o projeto cultural aprovado;

6.2.2. Aplicar os recursos concedidos pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura na realização do projeto cultural;

6.2.3. Manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

6.2.4. Facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização do projeto cultural;

6.2.5. Prestar informações à Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Termo de Execução Cultural;

6.2.6. Atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT a contar do recebimento da notificação;

6.2.7. Divulgar nos meios de comunicação, a informação de que o projeto cultural aprovado é apoiado com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, bem como as marcas do Governo Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pela Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT.

6.2.8. Não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste Termo de Execução Cultural;

6.2.9. Guardar a documentação referente à execução do objeto e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

6.2.10. Não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

6.2.11. Executar a contrapartida conforme pactuado.



7. PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. O AGENTE CULTURAL prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em Relatório de Execução do Objeto, conforme documento constante no **ANEXO 5 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** do Edital de Chamamento nº CH24003-SECULT.

7.1.1. O Relatório de Execução do Objeto deve ser apresentado no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

7.2. A prestação de informações em Relatório de Execução do Objeto comprovará que foram alcançados os resultados do projeto cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - Apresentação de Relatório de Execução do Objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - Análise do Relatório de Execução do Objeto por agente público designado.

7.2.1. O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - Comprovar que foram alcançados os resultados do projeto cultural;

II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.2. O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do Relatório de Execução do Objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade da Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT, responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo AGENTE CULTURAL, de Relatório de Execução Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório de Execução do Objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata a cláusula 7.2.2, a autoridade da Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT, responsável pelo julgamento da prestação de informações, poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo AGENTE CULTURAL, de Relatório de Execução Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório de Execução do Objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no Relatório de Execução Financeira.

7.3. O Relatório de Execução Financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos na cláusula 7.2; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução do projeto cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1. O prazo para apresentação do Relatório de Execução Financeira será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação.

7.4. O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade da Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT, avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

7.4.1. Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

7.4.2. Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o AGENTE CULTURAL será notificado para que exerça a opção por:

7.5.1. Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

7.5.2. Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

7.5.3. Devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.6. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.7. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do AGENTE CULTURAL, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.8. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o AGENTE CULTURAL poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.9. O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1. A alteração do Termo de Execução Cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

8.2.1. Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e



8.2.2. Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo AGENTE CULTURAL e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5. A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do Termo de Execução Cultural poderá ser realizada pelo AGENTE CULTURAL sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução do projeto cultural fomentado serão de titularidade do MUNICÍPIO DE SOBRAL, salvo nas hipóteses abaixo elencadas, em que serão de titularidade do AGENTE CULTURAL, conforme art. 27 do Decreto nº 11.453/2023:

9.1.1. Quando a finalidade do fomento for viabilizar a constituição de acervo, fortalecer a transmissão de saberes e práticas culturais, fornecer mobiliário, viabilizar aquisição de equipamentos, viabilizar modernização, reforma ou construção de espaços culturais, prover recursos tecnológicos para agentes culturais, prover recursos para garantir acessibilidade, ou objetivo similar; ou

9.1.2. Quando a análise técnica da administração pública indicar que a aquisição de bens com titularidade do AGENTE CULTURAL é a melhor forma de promover o fomento cultural no caso concreto.

9.2. Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

10.1.1. Extinto por decurso de prazo;

10.1.2. Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

10.1.3. Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

10.1.4. Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

10.1.4.1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;



10.1.4.2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

10.1.4.3. Violação da legislação aplicável;

10.1.4.4. Cometimento de falhas reiteradas na execução;

10.1.4.5. Má administração de recursos públicos;

10.1.4.6. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

10.1.4.7. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

10.1.4.8. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. ACESSIBILIDADE

11.1. O projeto deve contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

11.1.1. No aspecto físico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

11.1.2. No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço para pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual; e

11.1.3. No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais, em geral.

11.2. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

11.2.1. Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas. Entende-se por residências inclusivas uma modalidade de acolhimento exclusiva para pessoas com deficiência no âmbito da assistência social.

11.2.2. Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

11.2.3. Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

11.2.4. Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

11.2.5. Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

11.3. O projeto deve prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

12. CONTRAPARTIDA

12.1. O AGENTE CULTURAL deverá garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.

12.2. As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário Eletrônico de Inscrição do Chamamento Público CH24003-SECULT.

13. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

13.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação do projeto deverão seguir as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pela Secretaria da Cultura e Turismo do Município de Sobral - SECULT.

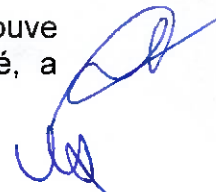
13.2. O material de divulgação do projeto e seus produtos deverá ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conter informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

13.3. O material de divulgação do projeto deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

13.4. Todo e qualquer material de divulgação deverá ser aprovado pela Equipe de Comunicação da Secretaria da Cultura e Turismo do Município de Sobral - SECULT, devendo a solicitação de aprovação ser enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da publicação do material, através do e-mail avaliacao.secultsobral@gmail.com, com o assunto APROVAÇÃO DE MARCAS - PNAB + EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH24003-SECULT.

14. SANÇÕES

14.1. Nos casos em que for verificado que o projeto cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a



autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

14.2. A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

14.3. A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

15.1. Para efeito de monitoramento e controle do projeto cultural aprovado, a Secretaria da Cultura e Turismo - SECULT designará por Portaria um representante para certificar a realização do projeto, produzindo relatório referente a esta realização.

15.2. Os procedimentos de monitoramento e avaliação do projeto cultural contemplado, assim como prestação de informação à Administração Pública, observarão o Decreto nº 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

16. VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência do Termo de Execução Cultural é de 03 (três) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público.

16.2. O prazo de execução do Termo de Execução Cultural é de 02 (dois) meses, contado a partir do recebimento dos recursos financeiros pelo AGENTE CULTURAL, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público.

17. PUBLICAÇÃO

17.1. O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Sobral.

18. FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sobral/CE para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Sobral/CE, 26 de novembro de 2024.

SIMONE RODRIGUES PASSOS
SECRETÁRIA DA CULTURA E
TURISMO
CONTRATANTE

**MÁRCIO PAULO GONÇALVES
TIBÚRCIO**
AGENTE CULTURAL

TESTEMUNHAS:

1. José Vilela Neto de Souza Filho
06214162317

2. Norma Quele R. Auler
297.757.013-68

Visto COOJUR:

MAC DOUGLAS F. PRADO
DAB/CE 30.219

procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto. Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário. GABINETE DA SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO, na data da assinatura digital. Simone Rodrigues Passos SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO.

PORTARIA Nº 126/2024 - SECULT. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DOS PROJETOS CULTURAIS APROVADOS NO ÂMBITO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH24003-SECULT (EDITAL KYARA QUINTELA DE APOIO À PROGRAMAÇÃO DE ESPAÇOS, AMBIENTES E INICIATIVAS ARTÍSTICO-CULTURAIS), QUE APLICA RECURSOS DA LEI Nº 14.399/2022 (POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB) A SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE O art. 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sobral, CONSIDERANDO que, conforme o item 19.1 do Chamamento Público nº CH24003-SECULT, intitulado Edital Kyara Quintela de Apoio à Programação der Espaços, Ambientes e Iniciativas Artístico-Culturais, que aplica recursos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), para efeito de monitoramento e controle do projeto cultural aprovado, a Secretária da Cultura e Turismo - SECULT designará por Portaria um representante para certificar a realização do projeto, produzindo relatório referente a esta realização; RESOLVE: Art. 1º. Designar a servidora MARIA GECILDA FREIRE, Gerente de Formação Artística, Produção de Conhecimento e Pesquisa, inscrita na matrícula sob o nº 43672, para exercer a função de Monitoramento e Controle dos projetos culturais aprovados no âmbito do Chamamento Público nº CH24003-SECULT (Edital Kyara Quintela de Apoio à Programação der Espaços, Ambientes e Iniciativas Artístico-Culturais), que aplica recursos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB). Art. 2º. Compete à servidora designada no art. 1º da presente Portaria certificar a realização dos projetos aprovados no âmbito do Chamamento Público nº CH24003-SECULT (Edital Kyara Quintela de Apoio à Programação der Espaços, Ambientes e Iniciativas Artístico-Culturais), produzindo relatório referente a estas realizações, com base nas prestações de informações feitas pelos proponentes à SECULT, através do Relatório Final de Execução do Objeto. Parágrafo único. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto. Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário. GABINETE DA SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO, na data da assinatura digital. Simone Rodrigues Passos SECRETÁRIA DA CULTURA E TURISMO.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH24004-SECULT PROCESSO Nº P321866/2024. Cumpridas todas as formalidades legais do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH24004 - SECULT, intitulado EDITAL SOBRAL DAS ARTES DE FOMENTO PARA LINGUAGENS ARTÍSTICO-CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), objetivando a SELEÇÃO DE PROJETOS PARA CULTURA E INFÂNCIAS; OBRAS ARTÍSTICAS PARA CIRCULAÇÃO; EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS; PUBLICAÇÕES EM ARTE E CULTURA, DO MUNICÍPIO DE SOBRAL PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO COM RECURSOS DA LEI Nº 14.399/2022 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), a Secretária da Cultura e Turismo ADJUDICA e HOMOLOGA o resultado final do referido Chamamento Público, estando os proponentes CLASSIFICADOS e CLASSIFICÁVEIS. Sobral/CE, 11 de novembro de 2024. SIMONE RODRIGUES PASSOS Secretária da Cultura e Turismo

CULTURA E INFÂNCIAS						
CATEGORIA CULTURA E INFÂNCIAS						
Nº MÁXIMO DE PROJETOS APROVADOS: 06						
VALOR POR PROJETO DE R\$ 10.000,00						
VALOR TOTAL DA CATEGORIA: R\$ 60.000,00						
Nº DE INSCRIÇÃO	CPF/CNPJ	NOME COMPLETO	NOME DO PROJETO	TOTAL	TIPO DE CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO
08-14670982	*** 488.483**	MARIA CLARA TELES DOADO DE ARAÚJO	OLHARES C/CLIC FORAM TUDO QUE FOTOGRAFAMOS	72	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-128103146	*** 875.203**	FRANCISCO ROMÁRIO RODRIGUES SOUSA	BIM PEQUENAS AÇÕES EDUCATIVAS CULTURAIS E LÚDICAS PARA CRIANÇAS	67	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-38114261	*** 488.783**	JOÃO EMANUEL ANELO BENVENUTO	PROJETO MESA NA ESCOLA - "PRA GENTE CRIANÇA"	66	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-117296156	*** 719.625**	FRANCISCO SEBASTIÃO FROTA DA COSTA	TERRITÓRIO DO BIRACAR: INDÍGENAS E CRIANÇAS	61,1	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-15042733	*** 430.513**	NILMAR DONASCIMENTO DA FÉ	CERVOZA CRIANÇA: MAMÃE E CRIANÇA	61	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-11777201	*** 230.200**	ROSEMARY RIBEIRO DO NASCIMENTO	SEMENTES DOS SABORES: BOM E PENSADO PARA O AMANHÃ	60	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-2460292	*** 472.265**	RAIANA VIANCANO DE SAZETA	PROJETO "MERCADO CULTURAL PARA A INFÂNCIA"	59	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-14674821	*** 542.888**	ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS	TAMBURE DO FORTINHO	53,1	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-113745136	*** 430.483**	DIEGO RODRIGUES GUILHERME	CRIANÇA E PROTEÇÃO: CRIANÇA QUE SE TORNOU REALIDADE E MUITO TEMPO LEVANDO ALEGRIA E ENCANTO AO PÚBLICO	52,5	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL
08-159813721	*** 357.823**	BRUNA FERREIRA DA SILVA	TEMPO DE BRINCAR	47	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL

3. CIRCULAÇÃO DE OBRA EM QUALQUER LINGUAGEM ARTÍSTICA

CATEGORIA CULTURA E INFÂNCIAS						
Nº MÁXIMO DE PROJETOS APROVADOS: 06						
VALOR POR PROJETO DE R\$ 10.000,00						
VALOR TOTAL DA CATEGORIA: R\$ 60.000,00						
Nº DE INSCRIÇÃO	CPF/CNPJ	NOME COMPLETO	NOME DO PROJETO	TOTAL	TIPO DE CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO
08-51172215	*** 086.541**	MARCO SÉRGIO CAVALCANTE FILHO	BOLICHE EM COORDENADAS: CONJUNTO TENDENCIAL DE VÍDEO E FIMÃO	71,4	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-78073754	*** 304.403**	MARDEN CARDOSO SOUSA	REISADO NA RUA	71	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-184207961	*** 186.123**	JULIANA CUNHA DE SOUZA	MEU CANTO EM MOVIMENTO	70,7	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-4895861	*** 307.473**	FRANCISCA JULIANA SILVA JANUÁRIO	BOM FOLGAL: INFÂNCIA - HOMENAGEM AO MESTRE FERNANDES FARIAS E AO BOM FOLGAL	69	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-10825719	*** 953.363**	PAULO DANIEL DIAS RIBEIRO	TERRA SOBRISSA	64,5	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-11302923	*** 430.513**	SANTISSA VIRGÍNIA DE OLIVEIRA ALVES	CIRCULA FLOW	61	AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA	CLASSIFICADO
08-88017247	*** 187.623**	ANTÔNIO WILSON DO NASCIMENTO OLIVEIRA	POSSA QUE CORRA A CIDADE	70,2	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-139827205	*** 119.623**	ANA PAULA QUEIROZ DE SOUSA	SHOW "O MÚLTIPLO CORPUS DE UNAPÁULA QUEIROZ"	70,2	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-38316751	*** 538.473**	GIOVANA FREITAS OLIVEIRA	CORPUS EM MOVIMENTO: CRÔNICAS E DEVENHOS DA MIMETÓRSE: TERAPIA À ARTE COMO REMÉDIO	67,3	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-15409829	*** 414.585**	VÍTOR CASADO TEIXEIRA	PEQUENAS NARRATIVAS SOBRISSAS	67,1	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-14049566	*** 405.960**	VINÍCIUS CHAVES ALMEIDA	PEQUENAS NARRATIVAS SOBRISSAS	67,1	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-1101090	*** 113.263**	STEFÂNIA MARIA SABROSA DOS SANTOS	CORPO DE CÍRCULO: A MAGIA DO CONTRAPONIMENTO	64	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-08090911	*** 072.323**	SIMONE SANTOS SOUSA	DE PASSAGEM	63	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-11210071	*** 126.773**	VIVIANE LOPES FREITA	PARADISOS DO TEMPO	62	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-17070224	*** 107.623**	FERNANDO ESTRELA DE SOUSA	BOI BROTAL	60	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-11101631	*** 155.105**	FABIO DAVI DE SOUSA ANGELO	A PROCEÇÃO DAS ENCANTADAS	59,7	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-12584272	*** 015.973**	FRANCISCO RAUL OLIVEIRAS	CORPO RADIADO	58	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-48249087	*** 636.273**	APRISON FERREIRA DOS SANTOS FILHO	RECORDATIONS	55,3	AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-12764715	*** 283.003**	CARLOS MARQUES DOS SANTOS NETO	O PALHAÇO LEVAVO ALEGRIA E ESPERANÇA: AOS QUE MAS PRECISAM NESSE PÓS-PANDEMIA	53	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-37401008	*** 477.723**	FRANCISCO FELIPE DE OLIVEIRA DIAS	ORBITARIAN	52,5	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL
08-10490471	*** 097.703**	VICENTE DE PAULO TOMAZ SILVA	SOBRAL - SUAS DANÇAS E POLICANAS	51,7	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL
08-10217426	4-208 590.000-00	FRAN CESINHO FERREIRA DE SOUZA	LUIZA: UMA TRÁGICA ANIMADA - THAT HOW BEGA	50,5	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-16607653	*** 087.223**	RENÉE BRANCO FERREIRA DE SOUSA	SORORIDADE	49,2	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL
08-10097039	*** 520.203**	FRANZISCA FERREIRA PESTIJA SILVA	TRÊS DE CORDÃO	47	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-4909072	*** 117.623**	QUANIELLO OLIVEIRA COSTA	BODA DE BAMBÁ - UM LEGADO DE MAIS DE 25 ANOS DA COPIERA CORDEIRA DO OBDO DE SOBRAL	45	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL

4. FESTIVAS, MOSTRAS, FEIRAS E EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS

CATEGORIA FESTIVAS, MOSTRAS, FEIRAS E EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS						
Nº MÁXIMO DE PROJETOS APROVADOS: 03						
VALOR POR PROJETO DE R\$ 20.000,00						
VALOR TOTAL DA CATEGORIA: R\$ 75.149,10						
Nº DE INSCRIÇÃO	CPF/CNPJ	NOME COMPLETO	NOME DO PROJETO	TOTAL	TIPO DE CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO
08-01328493	44.420.134.0001-23	ELIEU ANE PONTE MENDES	FESTIVAL DE MÚSICA BRASILEIRA DE SOBRAL	69	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-137451416	*** 314.053**	ANA FÁTIMA MATHIAS SOUSA	FESTIVAL QUEBRADA 2ª EDIÇÃO	68,2	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-992360140	*** 132.813**	MARIA ALICE SILVA FERREIRA	MISTRA INQUIETA DAS ARTES - 1ª EDIÇÃO	67,5	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-10857539	*** 087.803**	HERNANDEZ PONSERREIRA	CORPORA - FESTIVAL DE CORDÃO TERÇA	67	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-7064666	*** 038.783**	WAGNER OLIVEIRA BRAGA	FANFAS: FESTIVAL DE INTELIGÊNCIA CRIANÇAS	66	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-16670610	*** 376.343**	VINÍCIUS FERREIRA DE SOUSA	JE FAVA - FÉRIAS FESTIVAL ALTERNATIVO VALE DO	66	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-5311001	*** 605.823**	EDMARIA MARCANO CESSE	PRIMEIRA FEIRA CINEARTE E LITERATURA SOBRISSAS	56	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-108115159	*** 046.983**	VALÉRIA DOS SANTOS OLIVEIRA	FESTIVAL DO PORTAL DAS ARTES	54	AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA	CLASSIFICÁVEL

5. PUBLICAÇÃO EM ARTE E CULTURA

CATEGORIA PUBLICAÇÃO EM ARTE E CULTURA						
Nº MÁXIMO DE PROJETOS APROVADOS: 04						
VALOR POR PROJETO DE R\$ 10.000,00						
VALOR TOTAL DA CATEGORIA: R\$ 40.000,00						
Nº DE INSCRIÇÃO	CPF/CNPJ	NOME COMPLETO	NOME DO PROJETO	TOTAL	TIPO DE CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO
08-1349358	*** 283.383**	FRANZISCA FERREIRA VIEIRA DOS SANTOS	MEMÓRIAS ANCESTRAS: BIOGRAFIAS, HISTÓRIAS E SABERES CONTADOS POR PAPE E MÃO-DE-SANTO A OMBRE DE SOBRAL	69	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-134103265	*** 897.203**	FRANZISCA FERREIRA VIEIRA DOS SANTOS	BESTIÁRIO DO FANTÁSTICO SOBRISSAS	69	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-14987520	*** 429.203**	TEIAMA BESSA SALES	CÍRCULO ENXAVADA: LARGO-MONTEIRO AUTORAL SOBRISSAS	68,5	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICADO
08-1432055	*** 429.203**	TEIAMA BESSA SALES	CÍRCULO ENXAVADA: LARGO-MONTEIRO AUTORAL SOBRISSAS	67,6	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICADO
08-48476130	*** 623.213**	ANA PAULA DE TRAVESARI TRAVESARI FERREIRA	BOM ACARÁ: TRAVESARI TRAVESARI - HISTÓRIAS QUE AS ÁGUAS CONTAM	65	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-12827111	*** 084.303**	ROSE WELINGTON ALVES GRANDEIRO FILHO	HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E DIREITO AUTORAL	57	AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICÁVEL
08-13428922	*** 806.723**	LEONOR DE MENDONÇA RODRIGUES	NO RITMO DAS TERÇULAS: MEMÓRIAS E AFETOS	54	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL
08-2461958	*** 362.743**	JANILDA DE LIMA CARVALHO	MEMÓRIAS DO MEU POVO	50	AGENTES CULTURAIS NEGROS (PRETOS OU PARDO)	CLASSIFICÁVEL

SECRETARIA DA SEGURANÇA CIDADÃ

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. A Comandante da Guarda Civil Municipal de Sobral, Estado do Ceará, Simone Oliveira Machado, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas através da Lei Municipal nº 2.052/2021, combinado com os artigos 67 e 68 da Lei Orgânica do Município e art. 37 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964: CONSIDERANDO que a despesa abaixo especificada foi realizada em proveito desta secretaria dentro da vigência do contrato nº 011/2019, no Exercício Financeiro de 2024; CONSIDERANDO que existia no contrato nº 011/2019 e no exercício de 2024 créditos próprios para atendê-la; CONSIDERANDO que a liquidação da despesa foi confirmada pelo setor competente desta Secretaria. RESOLVE: Art. 1º RECONHECER como despesa realizada dentro da vigência do contrato referente aos serviços realizados no mês de abril de 2024, que gerou s nota fiscal nº 7827 relativa ao contrato nº 011/2019 firmado entre a Empresa RL MÁRMORES GRANITOS E LOCAÇÕES LTDA, vinculado a Guarda Civil Municipal, conforme especificado em anexo. Art. 2º AUTORIZAR o Setor de Contabilidade a liquidação dos valores indicados no art. 1º, nas seguintes dotações orçamentárias: Elemento: 33.90.93 - indenizações e restituições; REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE Na data de sua publicação. Simone Machado Oliveira - Comandante da Guarda Civil Municipal.

CREADOR	NOTA FISCAL	DATA EMISSÃO	PERÍODO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR
RL MÁRMORES GRANITOS E LOCAÇÕES LTDA	7827	25/04/2024	01/04/2024 A 30/04/2024	R\$ 1.600,00
TOTAL DA DÍVIDA RECONHECIDA			R\$ 1.600,00	